

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E
CULTURA

THOMAZ CHAVES DELLA VECHIA

OUTRAS ORIGENS:
antecedências brasileiras para a psicanálise

PORTO ALEGRE
2023

THOMAZ CHAVES DELLA VECHIA

OUTRAS ORIGENS: antecedentes brasileiras para a psicanálise

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Psicanálise do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Apresentada em 7 de junho, 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Henrique Kessler (Orientador) – UFRGS

Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico – UFRGS

Prof. Dr. Deivison Mendes Faustino – UNIFESP

Dr. Rafael Alves Lima – LATESFIP/USP

Agradecimentos

Nem sempre sei o que estou fazendo. A escrita de um trabalho sobre a história da psicanálise brasileira não poderia me pedir outra coisa, pois nesse meu fazer tudo nasce a partir de um compromisso radical com as dúvidas e as palavras que ainda precisamos abrir. Mas se cheguei a algum lugar, se algo se construiu de um ponto ao outro, foi porque houve quem me presenteou com coragem e inventividade para correr em territórios desconhecidos. É em nome da grandiosidade de certos encontros que escrevo essas palavras.

Agradeço, antes de tudo, às pessoas que escuto. Para mim, não há honra maior ou satisfação mais longeva do que o convite diário que me fazem a pensar, juntos, suas formas de amar, sofrer e contar histórias. Esse é o meu ofício fronteiro, entre o que aparece e o que subjaz, entre o dito e o dizer, e que isso seja reconhecido é fonte de grande magia, trabalho e descoberta.

Agradeço ao meu orientador, Carlos Henrique Kessler, por partilhar comigo o entusiasmo de convidar histórias, espíritos e rituais brasileiros ao encontro da psicanálise. Que eu tenha tido teu impulso e teu rigor como referência para o pensamento foi um presente inestimável. Carlos, por teres me emprestado âncora enquanto eu estava em mar aberto, obrigado. Um abraço que se estende aos colegas do grupo de pesquisa cujos apontamentos foram decisivos para essa construção.

À Priscilla Machado de Souza que, com grande generosidade, rigor e elegância, me transmite a vastidão de sua entrega à escuta. Com quem aprendo que psicanálise é algo que se produz em encontro, e não um crachá que nos identifica. Pela conversa infinita, pela dança, ritmo, palavra e supervisão, te agradeço.

À Simone Moschen, Anna Carolina Lo Bianco, José Geraldo Damico, Deivison Faustino, Marta D'Agord e Vitor Hugo Triska, os mestres que me guiaram no caminho e que encontraram potência onde eu via apenas pistas, meu agradecimento.

À Sandra Djambolakdjian Torossian, que me acolheu em minhas primeiras empreitadas de pesquisa e cuja inventividade com a psicanálise me concedeu a chance de entendê-la como uma prática localizada em território, cheia de fronteiras e litorais. Pelas estripulias, artesanias e faz-de-contas, obrigado.

Estendo o agradecimento à equipe da Casa dos Cata-ventos, que achou meios de criar encontros entre a psicanálise e os saberes da rua, um gesto tão delicado quanto poderoso. Pelo trabalho coletivo e pelo exercício da crítica, agradeço.

Ao Rafael Alves Lima, pesquisador de mão cheia que me inspirou a fazer o melhor trabalho que eu poderia e com quem pude contar como um parceiro de pensamento nos momentos decisivos dessa trajetória. Obrigado, Rafael, pelo ato de autorização que me deste para ir mais longe.

À Marina Lobo, amiga de outros carnavais, pensadora feroz que sempre está onde está a vida. É contigo que penso o mundo. Por tua sabedoria imensa, por tua maneira única de olhar pro desejo humano, pela disposição de atravessar comigo cidade e sentimento e, sobretudo, pela alegria de quando estamos juntos, obrigado. Estendo esse agradecimento ao Marcelo e Marilda Lobo, que enxergaram brilhos e recursos em mim antes que eu pudesse.

Agradeço aos colegas da Fadem, que alegremente insistem na prática avizinhada, que resgata a potência de subverter disciplinas e que traz à baila a palavra onde ela está sumida. Laura Corso, Nina Kloss, Maurício Nardi, Camila Franskowiak, Silvana Purificação, Kátia Rech, Amanda da Costa, Lilian Pinheiro, Flávia Amaral, Débora Farias, Milene Holz, Rafael Thomé, Eliana Aguiar e Márcia Silvério, tem um pouco de cada um aqui. Sigamos na contramão do vento, em busca da palavra dos sujeitos que escutamos. Obrigado!

Aos parceiros do Reconto, Amanda Costa, Diogo Grassi e Lia Aguirre, que apostaram na longevidade da nossa curiosidade viva ao redor da psicanálise. Pela qualidade de nossos encontros, pelo exercício único de construir coletividade sem eclipsar as diferenças, pela partilha de um tempo precioso de formação, obrigado.

Às amigas e amigos de fé, parceiras da noite e do dia, dos anos de juventude e rua que foram e que virão. Pela cumplicidade e ternura sempre, agradeço à Manoela Gomes, Francisca Dilger, Gabriela Martins, Luana Bonfrisco, Ana Maria Pretto, Caroline Balbinot, Gabriela Brack, Joana Selau, Júlia Reimberg, Pedro Fonseca, Martina Koren, Rafaela Teixeira, João Gabriel Maracci, Augustê, Daniel Kveller e Vanessa Félix.

À Cláudia, que topou dar giros comigo. Viagem, lágrima, sorriso, pergunta, deleite. Obrigado por ser minha analista.

À Isabela, minha irmã mais nova, mas jamais irmã menor, que dividiu comigo infância e travessia, minha nascente inesgotável de orgulho. Por dividir comigo uma trajetória profissional no campo da saúde, pelo interesse em investigar a vida na tua maneira, pela delicadeza das tuas pontuações, obrigado.

Ao meu pai, Rogério, agradeço pelo cuidado atento, pelas músicas, filmes, histórias, por toda arte que nos bordeja, pelo ninho sempre acolhedor. Pelo amor, que é grande, obrigado.

À minha mãe, Mônica, que me transmitiu bravura, sagacidade, desejo e aventura. Te agradeço pelo embalo até o mundo, por me mostrar que eu saberia traçar meus mapas. E, ainda mais, por me ensinar que era preciso querer chegar. Obrigado por tudo.

À minha avó, Vera Maria, pela moldura dourada, pela riqueza de sua conexão com o invisível. Com quem vivi mesa cheia, pôr do sol, chuva de verão. Por todo o colo, obrigado.

À Ana Lúcia, que me deixou embarcar no seu mundo e me mostrou novos contornos do que eu chamo família. Um abraço especial pra Lilica e pra grande turma que me espera sempre com carinho no sul da cidade.

Por fim, agradeço ao meu amor, Guilherme Joaquim, que esteve comigo antes, durante e depois. Te agradeço por todas as delícias, pelas travessias de cidades, desertos e praias, pelo demoramento de um olhar que só se estende, pelas conversas infinitas. Obrigado por viver comigo.

OUTRAS ORIGENS: Antecedências brasileiras para a psicanálise

OTHER ORIGINS: Brazilian antecedents to psychoanalysis

Resumo

DELLA VECHIA, T. C. (2023). Outras origens: antecedências brasileiras para a psicanálise. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Ao indagar os limites da historiografia oficial da psicanálise no Brasil e a ausência, nessa literatura, do pensamento sobre a questão racial, o presente trabalho articula as condições para uma historiografia indisciplinada da psicanálise. Recuperamos o ofício dos sangradores enquanto objeto privilegiado de pesquisa para investigar como se constituem os conflitos socioprofissionais e raciais anteriores ao advento da psicanálise em nosso país. Introduzimos as necessidades para uma diferenciação da psicanálise no Brasil e a psicanálise brasileira, questionando que outra organização da escrita histórica é necessária para irmos ao encontro à urgência de forjar estratégias mais robustas contra as tecnologias do racismo na psicanálise.

Palavras-chave: psicanálise, historiografia, raça, significante, clínica.

DELLA VECHIA, T. C. (2023). Other origins: brazilian antecedents to psychoanalysis. Master's Dissertation, Graduate Program in Psychoanalysis: Clinic and Culture, Institute of Psychology, Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

By questioning the limits of the official historiography of psychoanalysis in Brazil and the absence, in this literature, of thinking about the racial issue, this work articulates the conditions for an undisciplined historiography of psychoanalysis. We recover the trade of bleeders as a privileged object of research to investigate how socio-professional and racial conflicts are constituted prior to the advent of psychoanalysis in our country. We introduce the needs for a differentiation of psychoanalysis in Brazil and Brazilian psychoanalysis,

questioning what other organization of historical writing is necessary to meet the urgency of forging more robust strategies against the technologies of racism in psychoanalysis.

Sumário

Abertura.....	9
1. Nossa proposta	10
1.2 Outros inícios	14
2. Introdução: situação de pesquisa em historiografia da psicanálise no Brasil.	Erro!
Indicador não definido.	
2.1 Historiografias: caminhos e condições.....	Erro! Indicador não definido.
2.2 Hifens desejanter: arquivo e história.....	Erro! Indicador não definido.
2.3 História da historiografia.....	Erro! Indicador não definido.
3. Correr sem sapatos	Erro! Indicador não definido.
3.1 Cortes de outra origem	Erro! Indicador não definido.
3.2 Presenças e ausências na historiografia da medicina	Erro! Indicador não definido.
3.3 A questão da racialidade	Erro! Indicador não definido.
3.4 A sangria	Erro! Indicador não definido.
3.5 Fim da autorização, desprestígio e apagamento.....	Erro! Indicador não definido.
4. Por uma historiografia indisciplinada da psicanálise	Erro! Indicador não definido.
4.1 Psicanálise no Brasil e psicanálise brasileira	Erro! Indicador não definido.
5. Convocar o pulsional: saberes encantados e suas vizinhanças	Erro! Indicador não
definido.	
5.1 Assombros institucionais: memórias inevitáveis do branqueamento como projeto	.Erro!
Indicador não definido.	
5.2 Fabular alternativas: valores civilizatórios, regime simbólico e racialidade	21
Referências	28

Abertura

Quatro ou cinco crianças passam correndo diante de nós em um fim de turno de trabalho. É uma brincadeira: entre risadas e gritos, não nos deram atenção e seguiram seu caminho. Estavam conosco enquanto o turno de brincadeiras e contação de histórias acontecia no espaço destinado ao nosso projeto de psicanálise, na comunidade onde trabalhávamos. Agora, iríamos embora. Um grupo pequeno forma este nós, talvez semelhante, em número, do grupo das crianças. Somos estudantes-estagiários, psicanalistas, residentes em saúde coletiva. Diferentes nos títulos, semelhantes na função de escutar, brincar e contar histórias, mas, sobretudo naquela ocasião, todos brancos. As crianças são negras.

Uma frase é dita por alguém da equipe, enquanto as crianças já dobravam a esquina: “Estão sem sapatos! Vão se cortar.” A preocupação que se instalou teve consequências: a reunião de equipe pensou sobre a desconcertante ausência de sapatos nos pés das crianças que brincavam no chão eventualmente lamacento, frequentemente repleto de lixo. A questão era particular e passageira, mas revelava uma interrogação permanente, longitudinal: em um cenário de privação de direitos, onde a polícia agia com regular crueldade e onde as famílias efetuavam verdadeiras batalhas na contramão da miséria, como escutar? O que a ausência de sapatos nos dizia? Era, certamente, uma questão relevante, e que nos pôs a debater e a tentar escutar o que quer que poderia haver de mensagem na brincadeira descalça. Não era a primeira vez, e nem seria a última, que uma ausência (de direitos ou de palavras) emergia diante do trabalho de escuta.

Quanto ao que elaboramos coletivamente, já não me recordo mais. Isso porque, em pouco tempo, tratamos de perguntá-las sobre os sapatos. Sem que jamais a equipe pudesse imaginar, a resposta foi contundente: “Nós temos sapatos. Corremos sem eles pra ir mais rápido”.

1. Nossa proposta

A presente pesquisa se encontra no território de interface entre a psicanálise e a história, no contexto da escrita historiográfica da psicanálise no Brasil. Em especial, o que nosso interesse vem sublinhar é a dimensão das ausências nessa escrita e os efeitos que elas produzem na maneira como a psicanálise se atualiza em termos de sua clínica e de sua historicização, duas categorias que são, em nossa perspectiva, inseparáveis. Essas ausências, que são uma necessidade lógica para a historicização desde o ponto em que assumimos sua não totalidade, abrirão caminhos para elencarmos a questão da racialidade como elemento que historiciza a psicanálise de nova maneira. Para abrir algum roteiro de pesquisa entre dois campos distintos de saber, com seus próprios paradigmas e operações produtivas de conhecimento, nos dispomos em uma posição incerta.

Para enfrentar a imprecisão epistemológica que surge a respeito do objeto que se deseja investigar, será preciso verificar a posição de pesquisador que está em jogo e o que ela atribui ao processo porvir, firmando condições para o contato com os campos de interesse. Um trabalho que pretende ir de acordo com a especificidade da psicanálise precisa trilhar caminhos entre aqueles que nos antecederam, para assim constituir a consistência teórica necessária para o contato com saberes exteriores ao campo psicanalítico.

A abertura para as próximas sessões, portanto, é um aprofundamento nas condições de existência para a pesquisa que desejamos realizar. Em consonância com o que discutiremos nas próximas páginas, não desejamos dar a ela um ponto inicial único, sobretudo pela crítica a esse paradigma que a própria psicanálise produz, mas relatar seus outros começos: para determinar de que posição falamos, tarefa essencial para localizar em que medida o conhecimento aqui construído é também determinado pelos atravessamentos sociais e pessoais nos quais o pesquisador é implicado, será preciso que falemos de quem opera a pesquisa. Há uma trajetória experiencial na psicanálise que nos enriquece com perguntas já há alguns anos, cujos destinos precisam ser narrados para que nossa proposta se torne minimamente compreensível. Ou seja, cada relação com a psicanálise torna possível perguntas e questões particulares e, para honrá-las, será preciso qualificar nossas filiações.

Quando observamos a relação de Freud com a ciência histórica, percebemos qual função há, em sua obra, na construção da *anterioridade* para a clínica psicanalítica (Freud, 1900/2006) e o estatuto de *atemporalidade* do inconsciente (Freud, 1915/2006). Partimos da

premissa de que há em Freud uma proposta para um uso da história pela psicanálise através da elevação de fragmentos históricos à condição de verdade (Lo Bianco & Araújo, 2007). Nessa direção, incluímos a dimensão do desejo de Freud na formulação do seu ato teórico (Lacôte, 1998; Lo Bianco & Costa-Moura, 2013) em relação à história para pensar a maneira como ela modifica o discurso científico sob a marca singular do autor.

Se o interesse de Freud em suas incursões pelos textos históricos e antropológicos (salientando sempre de forma contundente a prevalência de sua condição de psicanalista diante destes saberes) denota sua preocupação em encontrar uma referência real (ou factual) para suas formulações a respeito das experiências infantis e das experiências fundantes da cultura (Eidelsztein, 2012), Lacan aprofundará seu retorno à Freud delineando outra preocupação.

Na obra lacaniana, encontraremos em diferentes momentos a aceção de que não há realidade pré-discursiva que possamos ter acesso (Lacan, 1972-1973/1981) e que na causa do sujeito estaria a linguagem ou, mais precisamente, o significante e o Outro: o sujeito não é causa de si mesmo (Lacan, 1960/1998). Para Lacan, no entanto, a questão das origens é efetivamente um problema para a construção de qualquer saber (Lacan, 1969-70/1998), uma vez que seria impossível restituir sua atualidade de forma integral. Podemos entender este como um efeito teórico de sua construção a respeito de um tempo circular e da anterioridade lógica do futuro em relação ao presente, inscrita à maneira como os significantes assumem diferentes sentidos a partir dos que vêm à sua frente (Eidelsztein, 2012).

A pergunta que fazemos, então, é sobre o destino que a impossibilidade de nos encontrarmos com as origens engendra na construção de um saber sobre a constituição da psicanálise em determinado contexto — e quais efeitos éticos estão previstos no descarte da funcionalidade de uma origem para este saber. Ou, ainda, qual tipologia caracterizaria uma origem passível de caracterização, pois, como veremos, há mais de uma aceção para o originário. Michel de Certeau (1987/2016), ao tratar da relação entre história e psicanálise, dirá que a maneira como poderíamos conceber alguma lucidez, enquanto analistas, no campo do histórico, seria de substituir “o discurso ‘objetivo’ (aquele que visa dizer o real) por um discurso que assume a figura de ‘ficção’ (se, por ‘ficção’, entende-se o texto que declara sua relação com o lugar singular de sua produção)” (Certeau, 1987/2011, p.75).

Nos alinhamos a essa leitura pois nos comove e interessa a ampliação do campo de possíveis na produção de pesquisa: aqui, o lugar singular da consolidação da psicanálise no Brasil e suas complexas coordenadas sociais, culturais e políticas são de alta relevância. Há linhas historiográficas estabelecidas sobre a chegada da psicanálise freudiana no Brasil que

reificam um estatuto para as origens históricas de acordo com os significantes que elevam como centrais para suas pesquisas.

Nossa segunda questão é, portanto: o que determina a origem europeia da psicanálise ao se firmar em território brasileiro? Uma vez erguida certa genealogia que enrijece o advento da psicanálise em uma ligação com uma série de práticas, ciências, acontecimentos e teorias majoritariamente de origem europeia, se revela um pacto epistemológico que dificulta que a psicanálise no Brasil encontre uma origem que lhe seja própria. Isso não quer dizer que haveria algum modelo de tratamento ou prática clínica brasileira que antecederesse a psicanálise em seus próprios termos, mas sim que, ao se estabelecer no Brasil, a psicanálise encontra antecedentes nos termos das dinâmicas de inscrição cultural das práticas brasileiras. Ou seja, o que a psicanálise enfrentou em sua chegada no Brasil pode ser interrogado desde o ponto em que se associa (ou é associada) com o que outras incidências clínicas, terapêuticas e curativas já experimentavam, sobretudo no que toca os conflitos e apropriações pela ciência, medicina e a psiquiatria.

Uma aposta para encontrarmos pistas desta história aponta para as

linguagens do povo, gestos, rostos: tudo isso que a *história* não consegue exprimir nos simples termos da evolução ou da obsolescência. Tudo isso que, por contraste, desenha zonas ou redes de *sobrevivências* no lugar mesmo onde se declaram sua extraterritorialidade, sua marginalização, sua resistência, sua vocação para a revolta (Didi-Huberman, 2011, pp. 71-72, grifos do autor).

Que acesso, no entanto, podemos introduzir para interagir com essas histórias sobreviventes?

Nos encontramos, então, com o trabalho de historiadoras e historiadores negras/os e/ou não-europeus para estabelecermos um contato que possibilite o testemunho da performatividade da escrita histórica no contexto do registro da psicanálise. Verificar quais propostas têm sido produzidas na direção de oferecer alternativas à história disciplinar e suas operações nos parece ser uma via para a produção deste saber sobre as origens que seja solidária a uma abertura para novos sistemas de relação e novas presenças. Há trinta anos, o historiador Dipesh Chakrabarty (1992) lançava a questão sobre quem tem autoridade para falar pelo passado indiano, estabelecendo uma revisão crítica das versões da história de seu país para perguntar sobre os interesses e patrocínios investidos na historiografia dos

processos civis na Índia. Nos parece que aí encontramos um convite para pensar quem pode falar sobre o passado brasileiro. Quem são os personagens desta história? E quem está de fora?

Nossa proposta tem como fundamento ético fazer concernir à psicanálise que se produz no Brasil uma anterioridade que lhe cause efeitos de *originalidade* e que faça justiça às práticas e histórias que podem ter lhe aberto caminho. Isso não significa, em absoluto, descartar os saberes estabelecidos sobre a genealogia histórica da psicanálise, mas encontrar, minimamente, novas aberturas em nome das suas ruidosas ausências. Lembramos o que Saidiya Hartman chama de *fabulação crítica* (2020) para descrever seu interesse por diferentes versões da história, algo que Allan Kardec Pereira (2021) chama de *escritas insubmissas da história*. Essas proposições parecem trazer algo precioso para o campo da psicanálise, desde o ponto em que há um silêncio interior à lógica da transmissão do desdobramento e dos processos institucionais, teóricos e clínicos da psicanálise em nosso país.

A partir da escolha pela exploração do campo das práticas e artes terapêuticas e curativas no Brasil, anteriores ao advento da psicanálise (Chalhoub et al, 2003), o trabalho dos sangradores no período imperial nos chamou imediata atenção. Iniciamos a pesquisa através de um recorte temporal que destacou o período de existência da Fisicatura-mor, instituição que era responsável pela fiscalização e legalização das práticas e artes curativas. Debruçar-nos sobre os *cortes* dos sangradores sem excluir a dimensão significativa é o *recorte* da pesquisa: a prática da sangria, naquele contexto, era praticada quase exclusivamente por homens escravizados ou alforriados (Pimenta, 1997) e fazia parte de um campo organizado de práticas terapêuticas populares. Seu encontro com o princípio da organização das instituições médicas nos interessa particularmente, pois reflete um processo que incide na maneira como compreendemos, já no início do século XX, o momento em que as teorizações freudianas começam a ser difundidas em circuitos médicos e populares no Brasil (Russo, 2002; Marcondes, 2015).

Nosso objetivo é, portanto, forjar encontros com autores e autoras que se debruçaram sobre a prática da sangria no Brasil, para narrar não apenas suas caracterizações práticas e atribuições terapêuticas, mas, sobretudo, as contingências sociais e políticas pelas quais a prática da sangria foi constituída e transformada através dos séculos, de sua relação

com a escravização¹ até sua alocação no discurso médico. Desejamos recontar essa história a partir dos arquivos levantados pelos historiadores que nos antecedem, abrindo caminhos para pensar de que maneira estes arquivos podem dizer respeito aos encontros da psicanálise no Brasil do século XX. Fabular essa relação nos exigirá, portanto, uma superfície que permita este encontro que, como vimos, é a tarefa metodológica que concerne a este projeto.

1.2 Outros inícios

Para trabalhar as perguntas que são o substrato deste trabalho, precisarei construir, minimamente, a trajetória que lhes é correlata. Uma pesquisa, quando ganha novos contornos, incorporando a história que lhe fez possível, estabelece nova consistência. Isso se dá porque uma pergunta de pesquisa não é a sua origem, mas, como a psicanálise nos ensina, tem referência sempre ao que precede sua existência, às outras interrogações que pavimentaram o campo de investigação e que dão a ela, portanto, certo firmamento. E, ainda, uma pergunta é um enunciado que sempre emerge de alguém, de um ponto de vista. Dito isto, é preciso ressaltar que esta seção se dedica precisamente a esta tarefa de marcar o lugar do qual se fala, de articular proposições em primeira pessoa do singular para poder, mais tarde, retomar a escrita com os outros com quem dialogo e que me acompanham.

Dispor sobre a mesa minhas coordenadas e filiações (acadêmicas, sociais, afetivas) prestará o serviço de evocar honestamente a parcialidade deste escrito, a localidade que lhe faz possível. Freud foi quem primeiro nos ensinou a este respeito no interior do campo da psicanálise, ao interagir abertamente com outros saberes e ciências sem jamais reivindicar uma posição que não fosse a sua. Foi sempre um psicanalista, marcação esta que serve antes para formalizar sua limitação em termos das pretensões de sua obra (e da prevalência de seus elementos fundamentais) do que para absorver arbitrariamente os objetos de interesse dos outros campos, ainda que esses limites muitas vezes sejam borrados pela liberdade necessária para as interlocuções que a clínica nos exige. A qual propósito serve a patrulha

¹No decorrer deste trabalho, adotamos o uso do vocábulo *escravização*, assim como de *escravizados*, em oposição à *escravidão/escravatura/escravo*. Nos alinhamos à Harkot-de-la-Taille & Santos (2012), que definem: “escravizado, nessa perspectiva, remete a um campo semântico distinto daquele construído e constituído em torno do vocábulo escravo. Escravo conduz ao efeito de sentido de naturalização e de acomodação psicológica e social à situação, além de evocar uma condição de cativo que, hoje, parece ser intrínseca ao fato de a pessoa ser negra, sendo desconhecida ou tendo-se apagado do imaginário e das ressonâncias sociais e ideológicas a catividade dos eslavos por povos germânicos, registrada na etimologia do termo” (p. 8).

destes limites, afinal? Toda tentativa de recolher a psicanálise a fronteiras disciplinares é perigosa, e Freud soube apontar para este problema que permanece habitando nossos debates epistemológicos.

É importante insistir na centralidade desta colocação por duas razões. Em primeiro lugar, estando a pesquisa no território de interface entre a psicanálise e a história, no contexto da escrita historiográfica da psicanálise no Brasil, o que nosso interesse vem sublinhar é a dimensão das ausências nesta escrita e seus efeitos na maneira como a clínica psicanalítica se atualiza. Falo a partir da admitida primazia do lugar da psicanálise nesta pesquisa, não confundindo essa, em seu método e ética, com qualquer outro campo de saber, mas admitindo a possibilidade de borrar algumas fronteiras em nome dos avanços em que apostamos.

Com o texto, precisaremos brincar na contramão da fixidez: ao invés de definir as fronteiras que me separam, enquanto psicanalista, da posição de historiador, inscrevo uma nova posição. O desejo que me habilita nessa construção não está paralisado diante de posições excludentes, que permitem interesses ou pela História ou por histórias. É um desejo que se autoriza ao movimento, que busca nas *historiografias* as pistas necessárias para uma posição insubmissa às fronteiras disciplinares, ou ainda, uma posição *indisciplinar* (Pereira, 2021).

Assim, ao situarmos as posições necessárias à construção do conteúdo da pesquisa, chegamos ao segundo ponto, em que preciso dimensionar onde a pesquisa interage com um certo cenário de debates públicos: o campo político. Se entendemos que a escrita histórica é um campo de disputas por versões do passado que se intensifica atualmente (Pereira, 2021), estamos no campo da ação política, onde, como Hannah Arendt (2020) nos auxilia a entender, um ato (teórico, epistemológico, clínico, se ousarmos pensar) só existe se está em um contexto de pluralidade onde ele possa ser compartilhado, onde aparecerá em um campo que lhe excede. Digo isso por privilegiar o estatuto fundamentalmente dialógico da trajetória desta pesquisa, onde me encontrarei com campos que me são estrangeiros, mas não por isso menos importantes. Penso em Clarice Lispector: “Sei muito pouco, mas tenho a meu favor tudo o que não sei” (Lispector, 2004, p. 74).

Por esta ser uma situação de escritura, preciso me responsabilizar pelas idas e vindas, pelos recortes, pela maneira como empresto palavra e silêncio para o texto. Outra premissa importante para este trabalho tem referência a essa questão, pois se me atenho às ausências nos escritos históricos sobre a originalidade da psicanálise brasileira, não é por querer simplesmente preenchê-las com alguma verdade oculta, mas por entender que a

marca da ausência é um fundamento para nossa visita ao texto e à escuta clínica. Assim, encontrar pistas dessa originalidade tem a função de nos mostrar novos caminhos, e não suturar os outros possíveis.

Daniel Kupermann (1996) parece nos advertir disso quando, na introdução de *Transferências Cruzadas*, se pergunta sobre o afeto que poderia compor uma busca pelas origens da psicanálise: “Nostalgia do não-vivido? De algo que a psicanálise teria perdido?” (p.14). Também me faço essa pergunta e traço hipóteses diferentes – talvez, o que energiza esse projeto tenha mais a ver com fazer justiça àqueles que não sobreviveram ou apareceram nos registros do que com ser condescendente com um suposto passado heroico onde nossos conflitos prometiam não ser tão complexos.

Então, para um novo começo, falarei dos outros começos. Em minha formação universitária, a psicanálise se tornou o campo onde vim a atuar profissionalmente e também a matriz de pensamento através da qual passei a me fazer perguntas sobre o lugar social do meu fazer, a posicionar-me a respeito da construção de um saber com reverberações no campo social, no hífen que a psicanálise acaba por operar entre o *psi* e o *social* (Mandelbaum, 2017). Antes de a psicanálise ter qualquer importância para a minha formação, no entanto, reconheço nos estudos de gênero, na teoria queer e na psicologia social outra originalidade para o que viria a me tornar. Reconheço princípios da psicanálise em mim desde antes de seu advento como interesse e prática por excelência, entendimento que se aplica ao exercício sobre o qual nos deteremos nessa pesquisa.

As primeiras inquietações que se presentificam neste trabalho datam dos últimos anos de minha graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde trabalhei simultaneamente em dois espaços cujo eixo central era a escuta psicanalítica de filiação freudo-lacanianiana – posição esta que vim a assumir no meu percurso clínico posterior. Foi nesse contexto em que pude me perceber como um homem branco, marcado pela branquitude desde muito antes de poder reconhecê-la enquanto algo que age a meu favor em um sem-número de experiências sociais, pessoais e profissionais. Situar-me como pesquisador branco é um requisito para conduzir de maneira ética a pesquisa que anuncio, pois isso ressalta o compromisso que assumo quando me insiro em um campo de debates de tamanha importância e que denuncia exatamente a maneira como a branquitude me permite acessos que são negados a outros. Esse trabalho também é uma tentativa de resposta à responsabilidade que assumo, como psicanalista branco, em acrescentar esforços à luta contra o racismo na qual a psicanálise tem urgências inadiáveis.

Sendo assim, é relevante situar os lugares pelos quais passei e passo, inclusive por me permitir localizar de que maneira me inscrevo num cenário heterogêneo de institucionalidades da psicanálise brasileira. Acredito que a disposição com a qual me posiciono diante dos debates prementes que nos interpelam se dará durante toda a construção da pesquisa, não ficando reduzida à seção na qual me apresento - como se conseguíssemos estabilizar uma posição que não se afeta nem se transforma pelos ganhos da pesquisa. Esperamos que nosso leitor possa acompanhar a trajetória podendo, igualmente, se deixar alterar pelas aventuras nas quais acreditamos. Seguimos.

Durante a graduação em psicologia, fui estagiário e extensionista na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, onde atendia pacientes e compunha a equipe de entrevistas iniciais, responsável por receber os pacientes quando chegavam na instituição até seu eventual encaminhamento para o interior da Clínica ou para outros espaços de saúde mental da cidade.

No mesmo período, fui bolsista do projeto Casa dos Cata-ventos, realização da parceria do Instituto APPOA com a UFRGS, onde trabalhei em turnos de brincadeiras e contação de histórias, em um espaço situado em uma vila de catadores de lixo, na área central de Porto Alegre. A sincronicidade das funções que estabeleci nos dois espaços suscitou em mim uma série de questões, sobretudo em relação à produção de um enquadre analítico e às diferentes cenas em que se compunham laços transferenciais. Se na primeira instituição estávamos, de certa forma, preservando o *setting* clássico da psicanálise, ao qual nos remetíamos no intuito de instaurar o enquadre analítico, no segundo campo o trabalho se estabelecia coletivamente, em um espaço de múltiplos ambientes e profissionais, onde estávamos em perpétua circulação com as muitas crianças que integravam os turnos de trabalho.

Escrevi meu trabalho de conclusão de curso a partir das inquietações a respeito da maneira como a psicanálise se transformou, desde sua forma e lugar social originário, para se fragmentar em uma série de diferentes práticas que atualizam, modificam e mobilizam modelos pré-estabelecidos. A chegada da psicanálise na América Latina e, sobretudo, a sua difusão e institucionalização no Brasil me pareciam ser o campo de investigação mais interessante para entender a maneira, os interesses e as intenções que constituíram o enraizamento da psicanálise em nosso país. O anteprojeto para o mestrado foi uma consequência desta incursão: me interessei em entender como, em determinados contextos, as experiências da psicanálise, as novas inscrições culturais da cena analítica e as apropriações teóricas que se referem a essas experiências foram transformações nos

sistemas de nomeação da psicanálise, em direção a novas gramáticas para o tratamento em psicanálise. Minha principal questão era sobre como as experimentações e ousadias da clínica psicanalítica eram paradigmáticas ou, ainda, peças centrais para sua sobrevivência e consolidação no último século.

São duas as experiências clínicas que fundavam o campo bibliográfico de interesse: as clínicas públicas de psicanálise instauradas no início do século XX nas capitais europeias e os grupos operativos de Bion durante a guerra. Suas intersecções não são óbvias e suas diferenças são muitas. Ainda que conservem atributos interessantes no contexto de pesquisa, a reorientação do campo clínico que essas experiências ofereceram à psicanálise não se dá em um ambiente sem atritos ou sem que os campos adjacentes e suas terminologias clínicas não se mobilizem. Dado o recorte temporal, a psicanálise se deslocou, em ambas as experiências, de um formato originário para se experimentar em novos enquadres, sob novas coordenadas transferenciais, diferenciando-se da clínica médica para reivindicar, de forma cada vez mais contundente e plural, um lugar particular para sua prática.

Em *Freud's Free Clinics*, Elizabeth Ann Danto (2005) conduz uma busca às tentativas de instituir clínicas públicas que ofereciam tratamento gratuito para quem não poderia pagar por uma análise entre 1918 e 1938. A autora aponta ao interesse por assumir uma postura de “responsabilidade social” (p. 19) por parte dos analistas, que parece ser o elemento fundamental que os convoca a dar corpo a esta empreitada por toda a Europa, sobretudo articulados contra o avanço do fascismo no continente. Em sua pesquisa, Danto investiga o trabalho de uma série de analistas que, naquelas instituições, ousaram testar limites clínicos onde a psicanálise ainda não estava alocada: o trabalho feito nas clínicas públicas foi pioneiro nas formações teóricas em psicanálise. De acordo com a autora, a Policlínica de Berlim, por exemplo, foi o primeiro lugar a debater formalmente a análise de crianças e o oferecimento de tratamentos gratuitos.

A intervenção clínica de Bion com soldados ingleses faz parte do contexto das experiências da psicanálise inclinada aos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Essa experiência, sobre a qual Lacan vai se debruçar em *A psiquiatria inglesa e a guerra* (1947/2003), marca um momento determinante na teorização lacaniana a respeito da transferência. Quando Bion se posiciona diante dos “grupos operativos” de soldados enquanto um líder inerte, ausente, vazio de poderes, o grupo parece avançar, segundo Lacan (1947/2003), em direção ao “alcance de seu [próprio] verbo” (p. 114), ou seja, precisando gerir-se horizontalmente sob um esvaziamento da posição simbólica do poder.

O entendimento de que a figura do médico deveria presentificar-se recusando os poderes que lhes seriam culturalmente associados produziu, necessariamente, uma ruptura na linearidade clínica e relacional instaurada. Essa ruptura, por sua vez, tensiona o paradigma de tratamento e a sua gramática. A experiência de Bion nos demonstra o quanto este deslocamento deforma a lógica dos processos clínicos não só de maneira imaginária, mas também no estatuto simbólico que estava prescrito ao médico. Ao deslocar-se, Bion também perturba uma correspondência a determinado regime de operações que lança mão de uma posição de poder para produzir seus efeitos. Neste ato, há algo de originário para a psicanálise, de grande importância se considerarmos os esforços da psicanálise em instituir um lugar particular para si no universo onde se alocam propostas terapêuticas, curativas ou clínicas.

Com a ajuda do grupo de pesquisa e da orientação, a escolha pela investigação das experiências europeias da psicanálise se tornou inconsistente logo no início do mestrado. Uma vez que meu interesse salientava as consequências das experiências da psicanálise para sua pulverização e consolidação em diferentes práticas no Brasil, passou a ser imprescindível debruçar-me sobre as experiências brasileiras. A reestruturação do trabalho me pôs a pensar a maneira como eu articularia essa produção do enquadre analítico no Brasil, o que me fez revisar a literatura que eu utilizei para a pesquisa na graduação.

Me encontrei, então, com autores que posicionam a psicanálise enquanto fenômeno que é determinado social, cultural e politicamente e que tem suas condições de existência estabelecidas a partir da modernidade (Facchinetti & Castro, 2015; Plotkin, 1997; Oliveira, 2005, 2017, 2021; Russo, 2002), estatuto esse que vincula a psicanálise a “uma questão central [...] desde seus primórdios, a possibilidade de produzir conhecimento dentro dos moldes científicos sobre algo que escapa à razão, que é da ordem da experiência” (Rubin, 2020, 212). Passei a me perguntar sobre a condição que a psicanálise estabeleceu para escrever as ausências em sua própria história, e de que maneira dava conta de assumir o recorte necessário à atividade historiográfica. Neste trabalho, atentamos especialmente no processo de estabelecimento, difusão e organização da psicanálise no Brasil. Aposto na ideia de que, se a historiografia do campo psicanalítico opera através de recortes, na impossibilidade de registrar qualquer completude, cada operação de aproximação ao histórico o revela enquanto uma categoria indeterminada, por ser conseqüente a certo laço com os arquivos aos quais tem referência. O que pretendemos é buscar novos pontos originais, indícios do Real que não se exhibe, mas cujo traço se deseja testemunhar.

Invento um princípio. Como quando Barthes (2007) quis falar do Japão, sem

comprometer com isso o país real, e sublinhando sua limitação em levantar apenas um certo número de traços de sua fantasia, também aqui não me deixo seduzir por uma verdade que não possa ser enlaçada à condição de invenção. O convite é este: para falar dessa história, será preciso *re-cortar no tempo* um certo ponto que se deixa ver, dar a ele sua dignidade, deixar que nos guie para um próximo tempo. Se houver alguém nesse passado inventado, que nos acompanhe. Batemos na porta, uma história começa.

5.2 Fabular alternativas: valores civilizatórios, regime simbólico e racialidade

A partir das reflexões tecidas até aqui, podemos assinalar que o advento da psicanálise no Brasil é marcado por forte assimilação e disseminação dos chamados valores civilizatórios. Tomados como universais, vimos que esses valores foram causa e argumento para uma série de procedimentos invasivos, interpretações embranquecidas das culturas brasileiras e teorizações eugenistas por parte dos médicos interessados na psicanálise no início do século XX. Se hoje a psicanálise consegue separar-se das atualizações desses projetos e tem potencial de responder radicalmente ao racismo que certa ideia de civilidade propõe como regime simbólico, é porque ela não está circunscrita nessa experiência, e os traços de sua origem não necessariamente implicam na reificação do mesmo ideário europeu na qual esteve alicerçada.

Isso significa que toda arregimentação do estatuto simbólico que subjaz às práticas psicanalíticas tem, em paralelo, valores civilizatórios que lhe são adjacentes ou, talvez, um conjunto de ideias que realizam critérios sobre a vida comum, sobre a partilha do espaço social e sobre as realizações universais do sujeito em sua relação com o Outro. Recorremos a um exemplo: há como anterioridade e como fundamento da “diferença sexual” que formula as modalidades de gozo lacanianas (Lacan, 1985/1972-73), e que orienta as práticas de escuta que se fundamentam teoricamente nessa matriz, uma afirmação sobre a pretensa “estrutura binária estável, que sustentaria teoricamente o poder invisível que nos faz acreditar na ‘natureza-simbólica’ dos gêneros” (Cossi & Dunker, 2017, p. 2). Lembramos da premência dessa discussão, cuja particularidade excede nosso trabalho, pois remete ao fato de que há na epistemologia que fundamenta parte importante da teoria laciana uma noção bastante questionável sobre a existência de uma realidade inata ao corpo humano anterior às formações simbólicas – realidade já contestada (Butler, 2003/1990) e cuja performatividade diz antes sobre a consolidação dos valores civilizatórios que constituem essa noção do que, de fato, sobre o acesso a uma realidade irreduzível que a própria psicanálise afirma como impossível.

Há, portanto, perigos consideráveis na teorização do acesso à lei simbólica quando seu fundamento parte de critérios relativos à entrada nas normas sociais. Essas normas têm o poder de regular não apenas como o gênero é reconhecido e como ele baliza restrições e autorizações para as formas de vida, mas também regulam a inteligibilidade dos padrões, ideais, trajetórias sociais e os valores civilizatórios de determinado contexto. Nesse sentido,

é possível admitir que a psicanálise se torna uma emissária dos valores normativos que imperam em determinada sociedade quando ela não se torna crítica ao projeto civilizatório que esses valores almejam. Poderíamos nos perguntar se esses valores civilizatórios não encontram equivalência na própria centralidade das mitologias fundantes para a psicanálise, quando pensam a estrutura dos dramas neuróticos modernos através de estruturas narrativas de um sistema mítico cuja universalidade corresponde a um ato colonial (Guimarães & Jardim, 2019).

Não surpreende que a chegada da psicanálise no Brasil tenha sido sustentada pela importação simultânea de um ideário de civilização moderna e europeia, cujos traços mais primordiais tinham relação com as teorias desenvolvidas a respeito da inevitabilidade das diferenças humanas, sejam elas biológicas ou culturais, como fator irredutível ao acesso à cidadania. No contexto da divulgação da psicanálise entre as elites brasileiras, subjaz o interesse por um projeto de país ao molde europeu, cuja principal tarefa, ao chegar em uma terra tão distinta, seria o de purgar tudo aquilo que impediria o firmamento de uma civilidade submissa aos modelos coloniais.

Há, no entanto, uma fragilidade teórica que se evidencia nessa proposição. Avaliar as origens da psicanálise no Brasil através do acoplamento de sua teoria ao projeto de branquidade tem como efeito o potencial esquecimento de que há, em nosso país, modelos e valores civilizatórios que não se resumem ao ideário exportado pelas teorias europeias. É preciso lembrar que, assim como as mitologias gregas não dão conta de estabelecer estruturas narrativas que situem a universalidade dos sofrimentos humanos – pois, por exemplo, “o mito permite confrontar uma série de relações entre os sujeitos, de uma riqueza e de uma complexidade perto das quais o Édipo parece uma edição tão abreviada, que afinal, nem sempre é utilizável (Lacan, 1953-54/2002, p.104) –, os critérios de civilidade não são exclusivos das sociedades europeias. Como vimos, uma longa história de disputas sociais antecede a psicanálise em nosso país, o que permite pensar que há também disputas de projetos e de ideais sobre a partilha do espaço social que também a antecede.

Em *O corpo encantado das ruas*, o historiador Luiz Antônio Simas (2022) comenta que o momento de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre foi marcado no Rio de Janeiro pela nomeação dos antigos escravizados como integrantes de “classes perigosas”. Essa tarefa de localizar as pessoas negras em um mapa sociopolítico da nova República contou simultaneamente com a exclusão da historicidade negra como integrante do patrimônio cultural brasileiro e com a convocação dos “perigosos” para sustentar e “realizar o trabalho braçal que as elites não cogitavam fazer [...]: operários, empregadas domésticas,

seguranças, porteiros, soldados, policiais, feirantes, jornalheiros, mecânicos, coveiros, floristas, caçadores de ratos” (p. 13). De acordo com o autor, o sonho moderno requereu sua viabilização através da construção da figura do pobre e perigoso trabalhador, cuja enunciação como integrante da cultura não tem valor.

Coloquemos ainda, nesse caldeirão carioca, aqueles que, sobrevivendo, ousaram inventar a vida na fresta, dando o nó no rabo da cascavel e produzindo cultura onde só deveria existir o esforço braçal e a morte silenciosa: capoeiristas, malandros, sambistas, chorões, vendedoras de comida de rua, mães de santo, devotos da Senhora da Penha, centenas de Zés devotos de Zé Pilintra, minhotos pobres, alentejanos atrás dos balcões de botequins vagabundos, polacas, majuros, jongueiras, funkeiros, festeiras e quizumbeiros de todos os matizes e lugares. Para muitos é difícil admitir isso, mas os inventores do que há de mais forte na cidade do Rio de Janeiro não discutiram filosofia nas academias e universidades, não escreveram tratados, não pintaram os quadros do Renascimento, não foram convidados a frequentar bibliotecas, não compuseram sinfonias, não conduziram exércitos em grandes guerras, não redigiram as leis, não fundaram empresas e só frequentaram os salões empedernidos para servir às sinhás. (Simas, 2022, pp. 13-14)

O que Simas parece nos dizer sobre tais inventores fundantes do que há de mais vivo nas cidades brasileiras é que são figuras que resistiram e resistem, de uma forma ou de outra, às formatações coloniais e às forças da branquidão, costurando formas de vida nas fendas e que, em sua atitude de sobrevivência e encantamento, enunciam valores sobre a vida comum através de pactos civilizatórios próprios. Se a tentativa de validar critérios universalizantes para *civilizar* o Brasil foi responsável pelas tecnologias de apagamento histórico, exclusão epistêmica e precarização material das vidas negras, então o que surge é a ideia de *aquilombamento* como dispositivo civilizatório de subversão contra a precariedade, e de preservação das historicidades e dos pactos que consolidaram a vida onde só foi imposta a morte.

Em *O Quilombismo*, Abdias de Nascimento (1980) constrói sua denúncia do racismo no Brasil através do posicionamento do quilombo enquanto eixo central de significação da

resistência negra frente ao racismo, ao imperialismo e à colonização. Para o autor, “o quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (p. 263). Assim, o quilombo excede sua existência material enquanto refúgio e promessa de liberdade para ser um modo simbolicamente articulado de proteção e exercício das racionalidades, ciências, costumes e relações negras. Os quilombos estão à vista; constituem o cotidiano das cidades brasileiras e preservam relações históricas e modos de vida que dificilmente foram reconhecidos como relevantes para a produção científica e acadêmica tradicional, cuja vocação para a universalidade instituiu repetidamente o descarte das contribuições negras em nome de modelos coloniais.

Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (Nascimento, 1980, p. 338).

Erguer o caminho para pensar o quilombismo como *práxis* requer, para o autor, o reconhecimento da disjunção entre os saberes coloniais que se aplicam sobre os negros e os saberes que os negros constituíram na medida em que sua sobrevivência exigia o aquilombamento de suas expressões. São saberes que habilitam tecnologias distintas, uma vez que a ciência foi historicamente investida por interesses com base e objetivo na exclusão epistêmica dos não-brancos, em uma universalização que se constituía antes como apagamento da alteridade do que como reconhecimento, inclusão e rearranjo de saberes. Uma universalidade que se configure como hegemonia não traz benefícios ao quilombo e é, mais do que isso, uma ameaça ao seu patrimônio.

A raça negra conhece na própria carne a falaciosidade do universalismo e da isenção dessa ‘ciência’. Aliás, a ideia de uma ciência histórica pura e universal está ultrapassada. O conhecimento científico que os negros

necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente – de forma sistemática e consistente – sua experiência de quase 500 anos de opressão. (Nascimento, 1980, p. 261)

Devemos partir, portanto, do pressuposto de que a psicanálise pode e deve constituir um paradigma científico que tenha participação em projetos de historicização das vidas e práticas negras. Para além disso, deve configurar tecnologias teóricas, clínicas e institucionais que deem lugar à “*ciência do sangue escravo*, do suor que este derramou enquanto pés e mãos edificadores da economia deste país” (Nascimento, 1980, p. 264, grifos nossos). Essa ciência de sangue e suor não deve significar, em nosso contexto, que apenas o sofrimento e a apropriação da força de trabalho negra devam participar da memória da psicanálise enquanto *práxis* brasileira. Pois o *sangue escravo* também faz referência à ciência dos sangradores, de homens escravizados que constituíram a grandiosidade e a complexidade de uma prática curativa e terapêutica – a esta altura, por que não dizer clínica? – cuja história deve ser contada ainda mais vezes, de formas diversas e com mais robustez. Essa ciência sanguínea habilita dispositivos rítmicos, musicais, estéticos e linguísticos que excedem a prática da sangria e evocam uma série de outras práticas que inauguram um campo de interesse para a psicanálise brasileira, pois avizinham-se de seus conceitos e ferramentas clínicas.

Agora, devemos recuperar as imagens, olhar para elas mais uma vez. Nos instrumentos de pesquisa aos quais temos acesso atualmente não é difícil encontrar as aquarelas produzidas pelo francês Jean-Baptiste Debret, citado anteriormente. Não são imagens quaisquer, pois constituem a raridade que é a imagem dos sangradores. É preciso vê-las e, por isso, recomendamos a pesquisa para que nos livre da difícil tarefa de explicá-las. É uma representação que não nos informa nenhuma novidade, nada que já não esteja nos textos e arquivos históricos consultados: mostram barracas, homens negros atarefados com seu fazer, objetos, mesas, bancos e janelas.

Em nenhuma dessas imagens, no entanto, nos encontramos com o olhar dos sangradores. Em momento algum eles encaram de volta o homem branco e europeu que lhes assistia e representava. Nessas imagens, quando seu olhar não está virado para outra pessoa (cliente? Paciente? Usuário? Qual palavra eles usariam? Será uma palavra que existe ou essa é uma necessidade atual da racionalidade clínica que nos constitui?), é um olhar baixo, que olha o chão. É esperado que seja assim, tanto por não serem retratos como pelo objetivo de recolher uma imagem cotidiana, fidedigna, como se para isso não devêssemos

ver na imagem a cadeia de sua produção ou a fidedignidade própria de sua montagem. É um olhar que não nos olha de volta. Mas o desvio desse olhar será uma enunciação dos sangradores ou será uma produção de quem os registrou? Juntos, fabulemos: seu olhar de resposta é tão provável quanto o desinteresse do pintor em considerar sua importância. É um olhar recusado, uma resposta sem registro.

Qual terá sido o espanto em ter sua atividade observada, levado a outro plano, transformada em figuras de tinta e pincel? Teriam os sangradores sido pagos por sua disponibilidade, pelo empréstimo de sua imagem para o pintor? Qual montante financeiro teria sido suficiente? Quais seriam os afetos que atravessaram essa encenação? Riram? Se constrangeram? O que se passou? Encontraram no desenho uma imagem que lhes parecia refletir verdadeiramente o que se passava? Foi uma preocupação para o francês que seus modelos soubessem seu plano e, se sim, que avaliassem o resultado?

E, ademais, qual teria sido a maneira com que os sangradores desenhariam Jean-Baptiste Debret? E, se a pintura não fosse conveniente para essa tarefa, de que forma representariam sua presença, seu pedido, seu cavalete, suas insígnias europeias? Como nos contariam desse fazer, da arte na qual viram seu ofício reproduzido? E por que não temos registro disso? Sem essas respostas, nos cabe fabular as interrogações que as imagens deixam em aberto e ir em busca das maneiras em que os sangradores emergem como enunciadoreis dessa cena e não apenas como figuras em uma aquarela, aspecto cuja naturalidade almeja que se silencie as forças de sua produção. Ao que tudo indica, nossa pesquisa só encontrou imagens do próprio Jean-Baptiste Debret realizadas por ele mesmo: suas representações são todas autorretratos. O que isso nos diz? Há algum autorretrato de sangrador?

É nesse sentido que nos perguntamos de que maneira as instituições psicanalíticas podem escapar dos autorretratos e encontrar alternativas menos egóicas para suas ficções. Quando sua historiografia não é manchada, misturada, inventada por quem as observa e examina, por quem ficou do lado de fora de seus seminários, não temos muito mais do que um autorretrato que permite à psicanálise uma história entristecida de si mesma, blindada do estrangeiro que também a compõe.

Aqui se impõe uma nascente inesgotável de historicidades, saberes e vizinhanças que nos olham de volta. Os sangradores fazem convites às benzedeiras, seus métodos contra o quebranto e os ventos-virados, aos orixás e suas mitologias fundantes, aos funkeiros e a filosofia de sua erótica, aos capoeiristas, seus pactos civilizatórios e sua composição de lógicas para os espaços sociais. Nesse convite pegamos carona, somos embalados até o

encontro com infindáveis outros personagens que requerem trabalhos ainda mais sofisticados assim como pensamentos ainda mais consistentes do que os que conseguimos tecer até aqui.

As crianças que escutamos nos oferecem uma expressão com força de conceito. *Corremos melhor* ao retirar os sapatos e reconhecer a vizinhança, o território em que nos dispusemos a firmar pés. É uma atitude própria ao indisciplina da história e à perturbação necessária ao debate historiográfico que situa a originalidade da psicanálise brasileira. Correr sem sapatos induz ao risco e ao ganho, pois nos leva até os perigos dos lugares desconhecidos, mas desejados. Podemos cortar-nos, mas há cortes que não pedem por costuras: formam aberturas que impedem o retorno ao estado anterior.

Referências

- Almeida, F. A. de, & Sousa, L. D. (2021). O fim da escravatura: componentes sociais e econômicos de um período da História do Brasil. *Ensino de História: Histórias, Memórias, Perspectivas e Interfaces*, 2.
- Ambra, P., & Paulon, C. P. (2018). O analista é o historiador: verdade, interpretação e perplexidade. *Psicologia USP*, 29(3), 412-417.
- Amigo, S. (2007). *Clínica dos fracassos da fantasia*. Companhia de Freud.
- Andersson, O. (2000). *Freud precursor de Freud*. Casa do Psicólogo.
- Austregésilo, A. (1923). A medicina no Brasil. In Almanak Laemmert, Seção de Medicina. Casa Laemmert.
- Assunção, M. F. M., & Trapp, R. P. (2021). É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re) escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História*, 41, 229-252.
- Avila, A. L. (2018). Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*, 18, 35-49.
- Beltrame A., & Sousa, E. (2013). A Casa dos Cata-Ventos: uma aposta na dimensão política do brincar. *Revista da APPOA*, (45-46), 122-134.
- Benjamin, W. (1987). Teses sobre o conceito de História. *Magia e Técnica, Arte e Política – Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Brasiliense, 222-235.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I Carone, M. A. S. Bento (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes, 5-58.
- Bicudo, V. L. (1948). Contribuição para a história do desenvolvimento da psicanálise em São Paulo. *Arquivos de neuropsiquiatria*, VI(1), 69-72.
- Borges, J. L. (2001) *O Aleph*. Globo.
- Bulamah, L. C., & Kupermann, D. (2013). Notas para uma história de discriminação no movimento psicanalítico (Notes for a history of discrimination in the psychoanalytic movement). *Estudos da Língua(gem)*, 11(1), 147-164.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Cavazzi, G. A. (1965). Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. *Junta de Investigações do Ultramar*, p. 145.
- Chakrabarty, D. (1992). Postcoloniality and the artifice of history: who speaks for Indian pasts?. *Representations*, 37, 1-26.
- Chalhoub, S., Marques, V. R. B., Sampaio, G. D. R., & Galvão Sobrinho, C. R. (2003). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. UNICAMP.
- Cidade, W. M. C. F., & de Janeiro, R. (2022). Questões raciais e formação psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 55(103), 141-148.
- Costa, J. F. (1979) *Ordem Médica e Norma Familiar*. Edições Graal.
- Dantas, R. A. (2013). Sangradores do império: a arte da sangria no rio de janeiro oitocentista. *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA—ANPHU*, 17.
- Danto, E. A. (2005). *Freud's Free Clinics: psychoanalysis & social justice, 1918-1938*. Columbia University Press.

- De Certeau, M. (2006). *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1987).
- Debret, J. B. (1949) *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, tomo I*. Livraria Martins.
- Derzi, C. A. M., & Marcos, C. M. (2016). A atemporalidade das estruturas psíquicas e o inclassificável. *Reverso*, 38(72), 51-58
- Dias, C. R. (2021). Racismo e Psicanálise: Marcas coloniais na escuta clínica. In David, E. C. & Assuar, G. (Orgs.) *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. Hucitec.
- Didi-Huberman, G. (2011). *Sobrevivência dos Vagalumes*. Editora da UFMG.
- Didi-huberman, G. (2015) *Falenas*. KKYM.
- Dunker, C. I. L. (2005). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. Boitempo editorial.
- Dunker, C. I. L. (2011). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. Annablume.
- Eidelsztein, A. (2006). *La topologia en la clinica psicoanalitica*. Letra Viva.
- Eidelsztein, A. (2010). Modelos, esquemas y grafos en la enseñanza de Lacan. Letra Viva.
- Eidelsztein, A. (2012). El origen del sujeto en psicoanálisis: Del Big Bang del lenguaje y el discurso en la causación del sujeto. *El Rey está desnudo: Revista para el psicanálisis por venir*, 5. Abertura.
- Etcheverry, J.L. (1996). Nota do tradutor à pág.533. La interpretación de los sueños. Em S. Freud obras completas, (Vol. V, pp.345-747). Buenos Aires: Amorrortu.

- Facchinetti, C., & Castro, R. D. (2015). The historiography of psychoanalysis in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Dynamis*, 35(1), 13-34.
- Fanon, F. (1979). *Os condenados da Terra*. Civilização Brasileira.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. (Trabalho original publicado em 1952)
- Faustino, D. (2019). O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. *Clínica & Cultura*, 8(2), 82-94.
- Faustino, D. (2022). *Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade*. Ubu Editora.
- Fernandes, F. (2020). *Virgínia Bicudo: pioneira na psicanálise e no estudo de atitudes raciais*. MultiRio – Empresa Municipal de Múltiplos [site].
- Freud, S. (1996). El hombre Moisés y la religión monoteísta. *Obras completas*, v. XXIII. Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1939).
- Freud, S. (1996). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. *Obras Completas*, ESB, v. XXII. (Trabalho original publicado em 1932-33).
- Freud, S. (2004). O recalque. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente, I*. Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2006). A interpretação dos sonhos. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (2006). O inconsciente. *Obras psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a psicologia do inconsciente, 2*. Imago. (Trabalho original publicado em 1915).

- Freud, S. (2012). Contribuição à história do movimento psicanalítico. *Obras completas, II*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2013). *Pulsões e destinos da pulsão*. Editora Autêntica. (Trabalho original publicado em 1915).
- Gageiro, A. M., & Torossian, S. D. (2016). A Casa dos Cata-Ventos: histórias e fissuras na práxis burguesa da psicanálise. *Correio APPOA: Tem Cata-Ventos hoje?*, (257).
- Galvão, L. A. P. (2016). Pré-história e história da Revista Brasileira de Psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 50(1), 114-118.
- Gay, P. (1994). Introdução. In: *Sigmund Freud e arqueologia: sua coleção de antigüidades*. Salamandra.
- Gitelson, M. (1954). Therapeutic problems in the analysis of the “normal” candidate. *International journal of psychoanalysis*, 35.
- Gonzalez, L. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. ANPOCS.
- Gonzalez, L. (1988a). A categoria político-cultural de Amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro, jan-jun (92/93)*, 69-82.
- Gonzalez, L. (1988b). Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional, IX*, 133-141.
- Gutman, G. (2007). Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 10, 711-728.

- Harkot-de-La-Taille, E., & Santos, A. R. D. (2012). Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. *Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade*, 3.
- Hartman, S. (1997). *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Oxford University Press.
- Hartman, S. (2020). *Intimate History, Radical Narrative*. Black Perspectives.
- Heimann, P. (1954). Problems of the training analysis. *International journal of psychoanalysis*, 35, 163.
- Jeha, S. (2017). Ganhar a vida. Uma história do barbeiro africano Antônio José Dutra e sua família. Rio de Janeiro, século XIX. *Revista de História*, (176).
- Marçal, J., & Veloso, S. (2014). Vi de Relance a Coroa [Gravação]. Em Juçara Marçal & Siba Veloso, *Encarnado*. YB Music.
- Karasch, M. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Companhia das Letras.
- Kessler, C. H. (2009). *A supervisão na clínica-escola: o ato no limite do discurso*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Koltai, C. (2000). *Política e psicanálise: o estrangeiro*. Escuta.
- Kupermann, D. (1996). *Transferências Cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*. Editora Revan.
- Lacan, J. (1975). *Conférences et Entretiens dans des Universités NordAméricaines*. Scilicet, (6/7), 32-37.

- Lacan, J. (1981). *El Seminario. Libro 20*. Paidós. (Trabalho original publicado em 1972-73).
- Lacan, J. (1985). *O Seminário Livro XI, Os quatro conceitos fundamentais*. Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1964/65).
- Lacan, J. (1995). *O Seminário de Jacques Lacan, livro 4: As Relações de Objeto*. Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1956-1957).
- Lacan, J. (1998). *A Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*. *Escritos*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1998). *A significação do falo*. *Escritos*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (1998). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. *Escritos*. (p. 238-324). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998). *O estágio do espelho como formador do eu tal como nos é revelada pela experiência psicanalítica*. In *Escritos*, 96-103, Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1949).
- Lacan, J. (1998). *Posição do inconsciente*. *Escritos*. (p. 843-864). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1998). *Seminário, livro 17*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-70).
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1957-58).
- Lacan, J. (2003). *A identificação: seminário 1961-1962*. Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Publicação para circulação interna).
- Lacan, J. (2003). *A identificação: seminário*. Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1961/62).

- Lacan, J. (2003). A Psiquiatria inglesa e a guerra. *Lacan, Outros Escritos* (pp. 106-126). Zahar. (Trabalho original publicado em 1947).
- Lacan, J. (2003). *Seminário, livro 14*. Escuela Freudiana de Buenos Aires. (Trabalho original publicado em 1966-67).
- Lacôte, C. (1998). *L'inconscient*. Flammarion.
- Legibre, A. (1985). Sangrar e purgar!. In Le Goff, J. (org.), *As doenças têm história*. Terramar.
- Lima, S. C. de S. (2011). *O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)*. [Tese de Doutorado, FIOCRUZ].
- Lima, R. A. (2021). *A Psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Lispector, C. (2004). *Aprendendo a viver*. Rocco.
- Lo Bianco, A. C. (2003). Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF*, 8, 115-123.
- Lo Bianco, A. C., & Araujo, A. V. (2007). Fragmentos: a construção do histórico em Freud. *Revista do Departamento de Psicologia*, 19, 359-368.
- Lo Bianco, A. C., & Costa-Moura, F. (2013). Ato teórico, ato ético. *Tempo psicanalítico*, 45(2), 249-266.
- Luz, M. (1988). *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Campus.
- Machado, J. C. (2013). *A história da psicanálise no Brasil nas primeiras décadas do século XX e sua influência na concepção e constituição de saúde mental no país*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- Machado, I. (2018). Ressentimentos e estereótipos: ensaio sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX). *Topoi*, 19, 125-143.
- Machado, R., Loureiro, A., Luz, R., Muricy, K. (1978). *Danação da Norma: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil*. Graal.
- Magalhães, F. (1932). *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1832-1932*. Repositório da UFRJ. <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/1260>.
- Mandelbaum, B. (2017) A psicanálise como hífen psicossocial. *A psicologia social e a questão do hífen*, 117-135.
- Marcondes, S. R. A. (2015) *Nós, os charlatães: Gastão Pereira da Silva e a divulgação da psicanálise em O Malho (1936-1944)*. [Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde]. Fundação Oswaldo Cruz.
- Mbembe, A. (2002). The Power of the Archive and its Limits. *Refiguring the archive*, 19.
- Mokrejs, E. (1993). *A psicanálise no Brasil. As origens do pensamento psicanalítico*. Vozes.
- Moreira, L. E., Bulamah, L. C., & Kuppermann, D. (2014) Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 3.4, 173-200.
- Moura, C. (1990) *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Oficina de Livros.
- Nascimento, M. B. (2018). *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição*. Filhos da África.
- Nosek, L. (1994). *Álbum de família: imagens, fontes e idéias da psicanálise em São Paulo*. Casa do Psicólogo.

- Oliveira, C. L. M. V. (2002a). A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 5, 144-153.
- Oliveira, C. L. M. V. (2002b). Os primeiros tempos da psicanálise no Brasil e as teses pansexualistas na educação. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 5, 133-154
- Oliveira, C. L. M. V. (2005). *História da psicanálise em São Paulo*. Escuta; Fapesp.
- Oliveira, C. L. M. V. (2017). Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 24, 79-90.
- Oliveira, C. L. M. V. (2021). Writing the History of Psychoanalysis in Brazil: Some Questions for Historiographic Research. *Brazilian Psychosocial Histories of Psychoanalysis*, 41-58.
- Paim Filho, I. A. (2022). Carta aberta endereçada ao antirracista que nos habita: Negros e negras desafios para tomar posse do território psicanalítico o tornar-se analista (Por ações reparatórias). *Jornal de Psicanálise*, 55(103), 149-157.
- Pereira, A. K. S. (2017). Intervir no passado performando o tempo: Achille Mbembe e a Crítica da Razão Negra* Intervene in the past by performing the time: Achille Mbembe and the Critique of Black Reason. *História e Cultura*, 6(3), 172-192.
- Pereira, A. K. S. (2018) *Espectros coloniais: o passado (re)clamativo e a escrita da história*. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

- Pereira, A. K. S. (2021). Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia. International Journal of Theory and History of Historiography*, 14(36), 481–508.
- Pereira, B. (2018). Amefricanas: branqueamento, gênero e raça. *Cadernos Adenauer*, 19(1), 177-188.
- Pereira, M. E. C. (2008). Morel e a questão da degenerescência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11, 490-496.
- Perestrello, M. (1987). *História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro: suas origens e fundação*. Imago.
- Perestrello, M. (1991). História da psicanálise no Brasil. O ensino nos Institutos [Relatório apresentado ao Special Discussion Group sobre a História da psicanálise na América Latina, 37º Congresso da Associação Psicanalítica Internacional, Buenos Aires, 1991], p. 155-82.
- Perestrello, M. (1992) Primeiros encontros com a psicanálise no Brasil (1899-1937) – Os precursores do Movimento psicanalítico [trabalho apresentado no I Simpósio do Departamento de Pesquisa da SBPRJ, em novembro de 1985]. *Encontros: psicanálise*, 111-52. Imago.
- Philips, F. (1997). *Psicanálise do desconhecido*. Editora 34.
- Pimenta, T. (1997). *Artes de Curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no início do século XIX*. [Dissertação de mestrado] Universidade Estadual de Campinas.
- Pimenta, T. (2003a). Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social* (pp. 307-330).

- Pimenta, T. (2003b). *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. [Tese de Doutorado] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Pimenta, T. (2004). Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 11(Supl. 1), 67-92.
- Pimenta, T. S., & Dantas, R. A. (2014). Barbeiros-sangradores no Rio de Janeiro oitocentista: Transformações de um ofício. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 6(14), 06-24.
- Pimenta, T. S., & Dantas, R. A. (s/d). Sangrar no Rio de Janeiro oitocentista. https://www.academia.edu/10408085/Sangrar_no_Rio_de_Janeiro_oitocentista
- Plotkin, M. B. (1997). Freud, politics and the Porteños: the reception of psychoanalysis in Buenos Aires, 1910-1943. *Hispanic American Historical Review*, 77(1), 45 - 74.
- Plotkin, M. B. (2012). The diffusion of psychoanalysis under conditions of political authoritarianism: The case of Argentina, 1960s and 1970s. *The International Journal of Psychoanalysis*, 93(6), 1458-1480.
- Porto-Carrero, J. P. (1928). Psychanalyse—a sua história e o seu conceito. *Ensaio de psychanalyse*, 11-25.
- Rangel, M. (2019). A urgência do giro ético-político: o giro ético político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de Lança*, 13, 27-46.
- Reis, J. J., & Silva, E. A. (1989). *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das Letras.

- Rolnik, S. (1981). *Cada um no seu lugar! São Paulo, início da industrialização: geografia do poder*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.
- Rona, P. M. (2010). *A topologia na psicanálise de Jacques Lacan: o significante, o conjunto e o número*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Roudinesco, E. (1997). *Psychanalyse et histoire: résistance et mélancolie*. In: GAUTHIER, R. M. (org.). *Les voies de la psychanalyse*. L'Harmattan, pp. 21-34.
- Roudinesco, E. (2006). *A análise e o arquivo*. Zahar.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Jorge Zahar.
- Rubin, A. L. (2020). No rastro historiográfico da Psicanálise no Brasil: Reencontrando a escrita da sua ficção. *Revista de teoria da história*, 23(2), 210-229.
- Rubin, A. L. (2021). *Uma psicanálise para a subversão: a produção psicanalítica brasileira e o discurso (sobre o) adolescente em tempos ditatoriais(1964-1985)*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Rufino, L., & Simas, L. A. (2018). *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Mórula.
- Russel-Wood, A. J. R. (2005). *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Civilização Brasileira.
- Russo, J. A. (1998). Raça, psiquiatria e medicina-legal: notas sobre a "pré-história" da psicanálise no Brasil. *Horizontes antropológicos*, 4, 85-102.
- Russo, Jane A. (2002). A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX: da vanguarda modernista à rádio-novela. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(1), 14-34.

- Sacks, H. (1947). Observation of a training analyst. *The psychoanalytic quarterly*, 16.
- Said, E. (2003). *Freud e os não europeus*. Boitempo.
- Said, E. (2004). Conferência realizada no Museu Freud, em Londres, em dezembro de 2001. In *Freud e os não-europeus*. Boitempo.
- Saramago, J. (2016). *O conto da ilha desconhecida*. Editora Companhia das Letras.
- Seth, S. (2013). Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia*, (11), 173-189.
- Silva, A. N. (1929). *O centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro - 1829-1929*. Imprensa Nacional.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro*. Graal.
- Torres, O. (1952). *Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia. 1808-1946*. Salvador: Imprensa Vitória.
- Torres, R. S. (2013). *Do ato analítico ao discurso do analista: a estrutura do campo lacaniano*. [Tese de Doutorado] Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Weffort, I. D. (2022). *De resto à causa: considerações sobre faces do objeto a no ensino de Lacan*. [Trabalho de Conclusão de Curso] Pontifícia Universidade de São Paulo.
- White, H. (1987). *The Content of the Form: narrative discourse and historical representation*. The Johns Hopkins University Press.
- Witter, N. A. (2005). Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Tempo*, 10(19), 13-25.

Wottrich, L. (2018). *A casa dos Cata-Ventos em cena(s)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.